

## Relatório Final

### Comissão Parlamentar de Inquérito para apuramento das responsabilidades pelas decisões que conduziram ao processo de subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo

#### PROPOSTA DE ADITAMENTO

#### 6. Averiguação das circunstâncias que levaram ao protelamento, cancelamento ou perda de encomendas e as respetivas consequências no agravamento da situação da empresa ENVC

##### d. Atlântida e Anticiclone

(página 146 do relatório)

O Sr. Prof. Augusto Santos Silva, ex-Ministro da Defesa Nacional entre outubro de 2009 e junho de 2011, na sua intervenção inicial debruçou-se sobre a questão do acordo arbitral alcançado entre a ENVC e a Atlânticoline, afirmando o seguinte:

*“(...)Nos fins de outubro de 2009, a situação da encomenda de dois navios pela empresa Atlânticoline era a seguinte: decorriam diligências entre as partes contratantes para conseguir um acordo extrajudicial, cumprindo desta forma os Estaleiros uma das recomendações feitas no relatório conjunto das inspeções das Finanças e da Defesa, validado por despacho das respetivas tutelas; em simultâneo, estava em curso um processo judicial, a partir da reclamação, pelo cliente ou armador, do pagamento da garantia bancária dita first demand, em virtude de incumprimento contratual por parte do construtor, tendo este interposto uma providência cautelar.*

*O acordo extrajudicial foi conseguido, assim se pondo termo a uma demanda judicial, na qual a posição dos Estaleiros se tornava crescentemente mais frágil. A lógica do acordo foi a devolução das verbas já adiantadas pelo cliente, ficando o construtor com a plena disponibilidade do navio construído — para o qual havia outros potenciais interessados — e comprometendo-se ambas as partes a colaborarem em processos contra terceiros responsáveis por falhas detetadas na construção.*

*Para que o acordo fosse alcançado, foi necessário autorizar os Estaleiros a contrair crédito bancário, o que, após estudo e parecer favorável da Direção-Geral do Tesouro, foi feito por despacho conjunto das Finanças e da Defesa, de 23 de dezembro de 2009.*

*Como se vê por esta brevíssima síntese — que detalharei se tal for do interesse de algum Deputado ou Deputada —, a lógica da ação do Governo foi evitar que esse particularmente delicado incumprimento contratual dos Estaleiros significasse o fim desta nossa importante capacidade económica e estratégica.”*

Já em resposta ao Sr. Deputado António Filipe, sobre o Atlântida, foi dito o seguinte:

Pergunta do Sr. Deputado António Filipe:

(...)

Assembleia da República, 7 de julho de 2014

Os Deputados  
António Gameiro  
Jorge Fão  
Rui Paulo Figueiredo  
Agostinho Santa  
Sandra Pontedeira